

## **Identificação**

Categoria: Inovação em Governo Aberto

Título da iniciativa: Queremos Saber

Instituição: Transparência Hacker e Open Knowledge Foundation

Nome do responsável: Pedro Markun e Daniela Silva

Nomes dos membros da equipe: Pedro Markun, Daniela Silva, Liane Lira, Gabriela Nardy, Patricia Cornils, Victor Baptista, Everton Zanella, Leandro Salvador, Friederich

Lindenmberg e toda a comunidade Transparência Hacker

## **Problema Enfrentado ou oportunidade percebida**

Descreva o que motivou a realização da iniciativa e como foram diagnosticadas as necessidades que justificaram sua execução.

A aprovação da Lei de Acesso à Informação Público foi uma grande vitória, mas era de conhecimento comum que ainda haveria muito trabalho pela frente. Era preciso mudar a cultura tanto do governo quanto da sociedade civil em relação à transparência, ao acesso à informação pública e ao acompanhamento dos processos políticos. Mesmo antes da aprovação da lei, a comunidade já fazia pedidos em papel, protocolados, de acesso à informação pública e sabia como o processo era trabalhoso e nada fácil. Com isso em mente, surgiu a ideia de criar uma ferramenta online que facilitasse a realização de pedidos, possibilitasse o acompanhamento do processo e o deixasse muito mais fácil – e assim surgiu o Queremos Saber.

Desde então, o Queremos Saber serve como uma ferramenta para facilitar e simplificar os pedidos de acesso à informação, divulgar a lei para a sociedade e exigir seu cumprimento, tornar transparente o diálogo entre sociedade civil e órgãos públicos e permitir visualizar se o poder público está cumprindo ou não a lei.

## **Solução adotada**

Descreva os objetivos da iniciativa implementada e as atividades desenvolvidas. Indique qual foi o investimento necessário (discriminando recursos humanos, financeiros e materiais). Mencione também se houve dificuldades e como elas foram enfrentadas.

Sempre que possível inclua dados quantitativos e análises qualitativas. No caso de sistemas de informações acessíveis via Internet, forneça endereços e outras informações que permitam à Comissão Julgadora verificar as funcionalidades e o desempenho do sistema.

O Queremos Saber nasceu com o objetivo primário de tornar mais simples e fácil a realização de pedidos de acesso à informação e tornar transparente a comunicação entre governo e sociedade civil. Além disso, o portal se propõe a divulgar a lei para os cidadãos e pressionar o seu cumprimento por parte dos órgãos públicos; promover debates sobre o amadurecimento da lei em todo o território nacional, trabalhar a favor de iniciativas judiciais pelo cumprimento da lei e criar jurisprudência sobre ela e permitir que o cidadão visualize o quanto os governos estão sendo transparentes e respeitando a lei de acesso à

informação pública.

Indiretamente, o Queremos Saber funciona como uma ferramenta de conscientização tanto para os cidadãos quanto para os órgãos públicos – com ele, a sociedade civil consegue visualizar conceitos abstratos como transparência e abertura de dados e entender sua real importância, já o governo, ao sentir o envolvimento e a pressão pública, muda sua postura e entra no processo de mudança de cultura governamental.

A primeira parte do desenvolvimento do Queremos Saber levou 7 dias, contando com a instalação, customização, tradução e coleta dos e-mails de contatos dos órgãos públicos para abastecer o sistema. O trabalho foi resultado de uma parceria entre voluntários da Transparência Hacker e do hacker alemão Friedrich Lindenberg, membro da Open Knowledge Foundation (OKFN) da Alemanha e que estava no Brasil naquela época. Depois dessa fase, o site passou a ser mantido voluntariamente por participantes da comunidade Transparência Hacker e da OKFN Brasil. Dessa forma, não houve nenhum tipo de investimento em dinheiro para a criação e manutenção, até o momento, do Queremos Saber.

As dificuldades enfrentadas pelo Queremos Saber residem, basicamente, em três esferas:

- 1 dificuldades com órgãos do governo que não cumprem o prazo de resposta previsto por lei (20 dias) ou se recusam a responder pedidos que não tenham sido feitos pelos sics oficiais, por mais que a lei estabeleça que todo pedido feito por meio legítimo deva ser atendido;
- 2 dificuldades para traduzir e adaptar os conteúdos do site (o que é a lei de acesso, como ela funciona, etc.), que haviam sido escritos originalmente em inglês e de acordo com a realidade do Reino Unido;
- 3 dificuldades para subir a demanda de trabalho diário do Queremos Saber – como todo o trabalho é feito de forma voluntária, não conseguimos atender a todas as demandas do site e nem aproveitar de maneira correta as informações geradas por ele.

### **Características da iniciativa**

**Inovação** – Demonstre a introdução de elementos novos que geraram melhorias em produtos, serviços ou processos no ambiente que estão inseridos e circunscritos ao Estado de São Paulo.

O Queremos Saber inovou, principalmente, ao deixar transparente e aberto toda a conversa entre cidadão e estado. Diferente dos e-sics governamentais, todas as perguntas e respostas ficam públicas e qualquer um pode acessá-las. Isso aumenta significativamente o nível de transparência do governo e facilita tanto a vida do cidadão quanto a do servidor público encarregado das respostas. Além disso, uma funcionalidade do portal sugere para quem estiver fazendo uma pergunta, outras perguntas já realizadas existentes no sistema.

**Replicabilidade** – Descreva como o conhecimento gerado pode ser convertido em conhecimento acessível e codificado de maneira a compartilhá-lo de forma a possibilitar

sua a multiplicação e sua replicabilidade em novos contextos e por novos atores.

A replicabilidade é umas das grandes vantagens do Queremos Saber ser baseado no Alaveteli, sistema desenvolvido com software livre. Todo o sistema e suas informações podem ser usados e replicados por qualquer um – seja entidade governamental ou sociedade civil. Dessa forma, a informação pode ser associada a outras informações e ganhar novos significados e abrangências. Qualquer um pode se apoderar de tudo contido no Queremos Saber e propor novos usos e novas realidades.

**Relevância** – Explique as conseqüências efetivas para o público beneficiário (o cidadão, o servidor público ou uma comunidade ou população-alvo específica).

Tanto a sociedade civil quanto o governo se beneficiam com o Queremos Saber. Os cidadãos ganham um meio simples, fácil e transparente de realizarem pedidos de acesso à informação, e os os governos ganham uma ferramenta que previne a redundância de pedidos e armazena todas as respostas já enviadas.

**Excelência no uso dos recursos públicos** – Demonstre de forma analítica a eficiência do aproveitamento dos recursos utilizados (humanos, financeiros e físicos), bem como os resultados e impactos obtidos. Sempre que possível inclua dados qualitativos e quantitativos e comparação com padrões e benchmarks.

IMPORTANTE: Meu cérebro já virou azeite e não sei mais se zebra tem listra ou bolinha....

Todo o Queremos Saber foi feito e mantido, até o momento, de forma colaborativa e voluntária. Ou seja, nenhum recurso público foi utilizado, seja humano, físico ou financeiro. Ele é uma iniciativa independente da sociedade civil e, como tal, não utilizou nenhum recurso público.

**Facilidade e Condições de Acesso** – Demonstre quais as condições e variedade de meios para o acesso público à iniciativa, tais como: mídias sociais, smartphone, celular, outros meios de comunicação tradicionais, etc.

Como um aplicativo desenvolvido utilizando padrões web, ele pode ser acessado por meios online tradicionais e celulares com acesso a internet. Além disso, é possível acompanhar o site por feed RSS, twittar um pedido ou fazer um post no em blog a partir do um pedido realizado.

**Interação com o Cidadão (G2C e C2C)** – Demonstre quais as facilidades para a interação dos cidadãos entre si e com a empresa ou o governo; responsabilização (accountability) e possibilidade de acompanhamento da iniciativa e de interferência na agenda da iniciativa - twitter; aumento da disponibilidade do serviço ao público; contribuição à transparência das ações de governo, clareza na informação.

Qualquer um, ao acessar o Queremos Saber, pode fazer comentários e sugestões aos pedidos feitos por terceiros. Dessa maneira, ao possibilitar que pessoas de diferentes localidades, mas com interesses similares, entrem em contato, forma-se uma comunidade que visa a transparência, o acesso à informação e a ajuda mútua.

Além disso, pode-se acompanhar qualquer pedido por e-mail ou RSS, twittar pedidos ou fazer posts em blogs, o que aumenta a presença online do Queremos Saber.

Entre cidadão e governo, o projeto possibilita uma transparência inexistente até então, tanto para o governo quanto para o cidadão.

**Usabilidade e Facilidade de Acesso** – Descreva a utilidade, usabilidade, disponibilidade e facilidade de localização do serviço ou, acesso através de sites de busca e localização, mídias sociais etc.

O site está plenamente indexado no Google e todas suas perguntas e respostas são públicas, facilitando assim que qualquer cidadão ou servidor público possa encontrar facilmente qualquer conteúdo que esteja contido no Queremos Saber.

**Qualidade Técnica da Iniciativa** – Explique qual a qualidade técnica da iniciativa, do sistema, dos processos e das informações tratadas pela iniciativa, compreendendo a sua acuidade e credibilidade.

O Alaveteli, software livre em que o Queremos Saber se baseia, possui uma grande comunidade de desenvolvedores e organizações interessadas na sua excelência pelo mundo. Dessa forma, não só a comunidade da Transparência Hacker e a OKFN Brasil fizeram e revisaram sua implementação, como também diversos atores pelo mundo que buscam constantemente a melhor e bom funcionamento do sistema.

**Segurança e Privacidade** – Demonstre quais os recursos ou condições para garantir a segurança e a disponibilidade dos dados e a, quando adequado, a privacidade dos cidadãos que interagem com o serviço.

Os dados do Queremos Saber estão em um banco de dados seguro conhecido apenas por seus administradores diretos, e não por toda a comunidade. Além disso, as últimas versões do Alaveteli focaram especialmente o aprimoramento e garantia da segurança.

Apesar de todas as perguntas e respostas estarem públicas, o e-mail nos requerentes não fica público em nenhum momento, preservando a identidade de quem fez as perguntas.

**Escalabilidade** – Demonstre qual a viabilidade de ampliação do escopo e alcance da iniciativa.

O Alaveteli, e por consequência o Queremos Saber, foi desenvolvido de maneira que pudesse ser utilizado tanto em um pequeno município quanto em todo mundo. Dessa forma, a escalabilidade do sistema é total.

**Promoção da Participação Cidadã e Controle Social** – Explique como a iniciativa pode aumentar a capacidade do público em procurar e receber informações e monitorar e analisar a tomada de decisão governamental; tornar acessível determinado serviço público a um público maior e mais diversificado do que anteriormente; favorecer a inclusão de diferentes pontos de vista nos assuntos governamentais. Apresente dados estatísticos ou numéricos.

Antes do Queremos Saber, a sociedade civil não tinha como monitorar e analisar o cumprimento da nova lei pelo poder público. Dentro do e-sics governamentais, as perguntas e respostas são sigilosas, o que além de ir contra a transparência, deixa o cidadão de mãos atadas.

Por facilitar os pedidos de acesso à informação e centralizar o processo em um único ambiente online, o projeto possibilita que mais pessoas se envolvam no processo de transparência e a exija dos diversos órgãos governamentais. Ao permitir que cidadãos comentem nas perguntas e respostas do portal, cria-se uma rede de discussão e interesses, fortalecendo ainda mais o cidadão.

### **Resumo da iniciativa**

Inclua um resumo de até 600 caracteres (incluindo os espaços) da iniciativa citando seu objetivo geral, a solução adotada e o resultado alcançado.

Lançado em novembro de 2011, logo após a aprovação da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), o Queremos Saber é um portal de pedidos de acesso à informação pública com o objetivo de promover e facilitar pedidos de acesso à informação, de forma transparente, em todo o país. Em um único ambiente online, criado, mantido e gerido pela sociedade civil, cidadãos e cidadãs podem enviar seus pedidos, acompanhar as respostas e consultar a base de dados de qualquer pedido já realizado.